

Acordo com os credores, feliz coincidência Dívida Ext

Antes de ser divulgado o programa de ajustamento econômico, o Brasil conseguiu firmar, com os bancos credores estrangeiros, um acordo pelo qual são sensivelmente reduzidos os spreads sobre os vencimentos de 1986, com efeito retroativo a 18 de janeiro passado. Essa redução concorre, embora em medida restrita, para baixar o déficit público, que deve constituir o objetivo número um do governo.

Como se sabe, não foi nada fácil chegar a esse acordo, que, convém lembrar, nada tem a ver com o último pacote econômico, promulgado após o ajuste com o comitê de assessoramento dos bancos. Havia sido fixada em 15 de março a data da conclusão do acordo. Como este terá de ser aprovado por todos os bancos credores, é provável que não seja assinado antes de junho, ou de maio. Naturalmente, o pacote do nosso governo deverá ajudar a convencer os credores relutantes, que se mostravam preocupados com a inflação brasileira.

O primeiro obstáculo ao acordo eram as "operações 63" dos bancos cuja liquidação extrajudicial foi decretada. A princípio, o comitê de assessoramento quis exigir, como condição, o pagamento total dessas operações. Posteriormente, graças à atuação do presidente do Banco Central, sr. Fernão Bracher, decidiu-se que tal questão não seria acertada pelo comitê, mas entre cada banco credor e o Brasil.

A questão do endosso moral do FMI foi outro obstáculo. Finalmente, os bancos credores contentaram-se com um comunicado, sem compromisso, do organismo internacional a respeito do programa brasileiro. Hoje, após a publicação do pacote, tem-se a impressão de que nosso governo chegou a considerar a possibilidade de decretar medidas muito mais radicais do que as que tomou. A Argentina havia concertado um acordo com o FMI, antes de adotar o Plano

Austral, que foi muito além do previsto. O Brasil seguiu uma tática diferente, tendo alegado, de certa forma, que, neste ano eleitoral, seria impossível assinar o acordo com o FMI, o qual será mais fácil negociar depois que ficar comprovado que o novo plano de estabilização é bem mais drástico e eficaz. O Brasil viu-se constrangido, porém, a admitir o foro de Nova York como palco de eventuais litígios jurídicos em torno do acordo. Toda negociação exige concessões, e esta o Brasil a fez a fim de obter o que seria mais importante, a saber, a redução do spread.

O País, que vinha pagando um spread médio superior a 2%, pagará, sobre os vencimentos deste ano, somente 1,1/8% pelos empréstimos públicos, que correspondem a quase 70% da dívida externa, e 1,1/4% pelos empréstimos privados. Essa redução, juntamente com a queda da Líbor, representará apreciável economia para o Brasil. Aliás, três fatores que irão concorrer para diminuir o

déficit público: o declínio do preço do petróleo no mercado internacional, a queda das taxas de juros e a redução do spread. O efeito disso, que seria marginal quando o déficit público decorria principalmente da indexação e da alta de preços, adquire grande significado com a estabilização, ou quase estabilização, da taxa cambial, que o governo pretende conseguir com seu novo programa.

Rejubilamo-nos com estes resultados, que asseguram maior possibilidade de êxito ao programa governamental. Esses fatores favoráveis aumentam a responsabilidade do governo, que deve permanecer alerta para preencher outras brechas que poderiam surgir em suas contas. Se for mesmo possível reduzir a carga tributária, como afirma um dos autores do plano, o economista Pérsio Arida, ampliar-se-ão oportunidades de sucesso desse programa que começou por transferir para o setor privado o financiamento da ineficiência do setor público.